



Canal Energia – 08 Dez 2003

## **Tarifas de baixa renda podem aumentar 43% com nova alíquota de ICMS** **Levantamento da CBIEE mostra que os estados do Mato Grosso e de Minas Gerais seriam os mais afetados**

O impacto pelas mudanças na alíquota do ICMS promovidas com a reforma tributária em tramitação no Congresso Nacional podem elevar em até 43% as tarifas de energia dos consumidores de baixa renda. Os dados demonstrando o aumento tarifário foram levantados pela CBIEE (Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica), e discutidos em seminário sobre infra-estrutura, realizado nesta segunda-feira, dia 8 de dezembro, em São Paulo.

Pelo levantamento, a unificação da alíquota do imposto em 25% sobre energia, acrescida de mais 5% nos três primeiros anos de vigência, podem acarretar em uma sobrecarga excessiva aos consumidores residenciais de baixa renda - com consumo de até 80 kWh por mês. Os estados mais afetados, de acordo com os cálculos, seriam Mato Grosso e Minas Gerais, cujos impactos para a população de baixo poder aquisitivo variaria de 33% a até 43%.

No Amapá e no Amazonas, o aumento seria de 33%, seguidos do Acre, Distrito Federal, Maranhão, Santa Catarina e São Paulo, onde a elevação nas tarifas de baixa renda ficaria em 17%. No Rio de Janeiro, o aumento seria da ordem de 8% a 16%. Nos estados onde as mudanças no ICMS não trariam reflexos nas contas de luz - como Ceará, Goiás, Pará e Rio Grande do Sul - as operações de energia elétrica já são taxadas pela alíquota máxima.

Para o presidente da CBIEE, Cláudio Sales, o resultado do levantamento demonstra a incompatibilidade entre os resultados previstos com a reforma tributária e a mensagem do governo federal ao encaminhá-la ao Congresso, que preconizava a promoção da competição sem o aumento da carga. "Um aumento global de até 43% é absurdo, se considerarmos que hoje os encargos e impostos já representam 35% do total arrecadado numa conta", afirma.